



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

**Processo nº** 2.000/15

**Origem:** Secretaria de Estado de Cultura.

**Assunto:** Pensão civil.

**Ementa:** Pensão civil instituída por ROBERTO CARLOS DE ANDRADE, matr. nº 91.445-2, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Primeira, Padrão I. Sefipe pela legalidade com ressalva. Aquisição do Ministério Público. Voto parcialmente convergente. Legalidade com ressalva e alerta.

### **RELATÓRIO**

Tratam os autos de pensão civil instituída por ROBERTO CARLOS DE ANDRADE, nos termos mencionados na ementa.

### **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO**

A manifestação do órgão instrutivo está vazada nos seguintes termos:

*“O Controle Interno, ao constatar a suficiência das informações constantes do processo físico e do ato eletrônico cadastrado no módulo concessões do SIRAC, opinou pela legalidade da presente concessão. Ressaltou, no entanto, que de acordo com o Parecer nº 1.890/2012 – PROPES / PGDF, a pensão concedida à ex-companheira, Sra. ROSILENE FERREIRA LIMA, deveria ser paga somente até 27.06.2014.*

*Verifica-se, na aba Dados dos Beneficiários do SIRAC, informação sobre decisão judicial favorável à Sra. ROSILENE FERREIRA LIMA, Processo nº 2006.01.1.002630-5 – TJDFT, que trata de Reconhecimento e Dissolução de União Estável, condenando o instituidor ao pagamento de pensão alimentícia pelo prazo de 24 meses no percentual de 12% de seus rendimentos brutos, bem como sobre o entendimento adotado com base no Parecer nº 1890/2012 – PROPES/PGDF, de que o benefício em favor da ex-companheira deveria se dar no percentual de 50% da pensão instituída, limitado ao prazo de 24 meses.*

*Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios observa-se que a referida ação, que tramitou em segredo de justiça, foi arquivada em definitivo em 1º.07.2014.*

*Cotejando os dados do ato em comento com informações extraídas do SIGRH | SIAPE não se verificou nenhuma incompatibilidade em relação aos registros lançados no SIRAC.*

*Ressalte-se que, em consulta ao sistema SIGRH, verifica-se que o pagamento do benefício à ex-companheira foi excluído a partir de julho de 2014, conforme a decisão judicial mencionada.*

*Quanto à concessão de pensão vitalícia à ex-companheira com percepção de alimentos, ressalte-se como precedente o Processo nº 35140/2011 – TCDF.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*A fundamentação legal da presente concessão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato. Cabe ressaltar apenas a ausência do artigo 12, inciso IV, da LC nº 769/08, com a redação da LC nº 818/09. Todavia, entende-se que tal falha pode ser relevada, tendo em vista que os incisos I, “b” e II, “a” do art. 217, da Lei nº 8.112/90, presente no ato concessório, também trata do reconhecimento da companheira e dos filhos como beneficiários da pensão.*

*Da análise dos autos verifica-se que não há indícios de que as pensionistas temporárias (maiores de 16 anos na data do óbito) tenham sido emancipadas, na forma prevista no parágrafo único do artigo 5º do Código Civil, preenchendo, assim, as exigências previstas no inciso IV do artigo 12 da LC nº 769/08, com redação dada pela LC nº 818/09.*

*A regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07.*

*Em razão do exposto, sugere-se considerar legal para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007.*

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O Ministério Público aquiesce à sugestão apresentada pela unidade instrutiva.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

**VOTO**

Da leitura do Parecer nº 1.890/12-PROPES/PGDF, mencionado na instrução, observa-se que Rosilene Ferreira Lima foi companheira do ex-servidor até 2006, quando ajuizou ação de reconhecimento e dissolução de união estável (Processo nº 2006.02.1.002630-5-TJDFT). Como resultado de decisão judicial transitada em julgado, o ex-servidor foi condenado a pagar alimentos à interessada, mas somente até 26 de junho de 2014. Ocorre que ele veio a falecer em 9 de agosto de 2000, instituindo pensão por morte. Diante desse quadro, indaga-se: Ela faz jus a esse benefício por tempo indeterminado ou somente até 26 de junho de 2014?

A questão suscitou debate na PGDF, que exarou pareceres num e noutro sentido. Prevaleceu, no entanto, o posicionamento no sentido da cessação do pagamento do benefício em 27 de junho de 2014.

De acordo com a unidade instrutiva, “em consulta ao sistema SIGRH, verifica-se que o pagamento do benefício à ex-companheira foi excluído a partir de julho de 2014”.

*Data venia*, esse não me parece o melhor caminho.

O STF já enfrentou situação semelhante. No MS 25.823/DF, deparou-se com caso de pensão por morte concedida a menor sob guarda, tendo a guarda da criança sido deferida provisoriamente à avó. Nas palavras do Ministro Sepúlveda Pertence, o que se discutia era a “continuidade da pensão, cessados os cinco anos da guarda provisória”. Eis a ementa:

**“EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, QUE EXTINGUIU PAGAMENTO DE PENSÃO A NETA DE EX-SERVIDORA. 1. O menor que, na data do óbito do servidor, esteja sob a guarda deste último, tem direito à pensão temporária até completar 21 (vinte e um) anos de idade (alínea “b” do inciso II do art. 217 da Lei nº 8.112/90). Irrelevante o fato de a guarda ser provisória ou definitiva. 2. Segurança concedida.<sup>1</sup>”**

O julgamento foi por maioria, vencidos a Ministra Carmem Lúcia e o Ministro Ricardo Lewandowski, o que, por si só, denota a extrema dificuldade que permeia o tratamento da matéria. Nada obstante, decidiu o Pretório Excelso que o menor sob guarda, independentemente de a guarda ser provisória ou definitiva, fazia jus à pensão por morte até completar vinte e um anos de idade.

Traçando um paralelo com o julgado supra, tem-se que a interessada faz jus à pensão por morte por tempo indeterminado. À luz do princípio *tempus regit actum*, de larga aplicação em se tratando de pensão por morte, a qualidade de beneficiário é verificada relativamente ao momento do óbito do instituidor. Já o pagamento do benefício, uma vez aferida a condição de beneficiário, deve se dar até a ocorrência do evento hipotético descrito na norma. Na disciplina

<sup>1</sup> MS 25823, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 25/06/2008, DJe-162 DIVULG 27-08-2009 PUBLIC 28-08-2009 EMENT VOL-02371-02 PP-00293 RTJ VOL-00217- PP-00281.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

da Lei nº 8.112/90, em sua redação original<sup>2</sup>, o pagamento só é descontinuado com a morte para os beneficiários vitalícios ou com a morte, a cessação de invalidez ou a completção de vinte e um anos de idade para os beneficiários temporários. Na da LC nº 769/08, com a redação dada pela LC nº 840/11<sup>3</sup>, *idem*.

Assim, penso que o Tribunal deve expedir alerta nesse sentido. Por outro lado, tenho que a concessão em exame, que, logicamente, precede a cessação do pagamento do benefício à interessada, já se encontra em condições de ser considerada legal pela Corte.

Ante o exposto, em parcial harmonia com a zelosa unidade instrutiva e o douto *Parquet*, VOTO por que o egrégio Plenário:

I – considere legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07;

II – alerte a Secretaria de Estado de Cultura e a interessada para o fato de que não se justifica, à luz do § 1º do art. 216 da Lei nº 8.112/90, em sua redação original, ou do § 1º do art. 30 da LC nº 769/08, com a redação dada pela LC nº 840/11, a cessação do pagamento da pensão por morte antes do falecimento do beneficiário vitalício; e

III – autorize o arquivamento do feito.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2015.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator

---

<sup>2</sup> Art. 216. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverter com a morte de seus beneficiários.

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

<sup>3</sup> Art. 30. As pensões distinguem-se, quanto à natureza, em vitalícias e temporárias. (*Artigo com a redação dada pela Lei Complementar nº 840, de 2011*)

§ 1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverter com a morte do pensionista. (*Parágrafo com a redação dada pela Lei Complementar nº 840, de 2011*)

§ 2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do pensionista. (*Parágrafo com a redação dada pela Lei Complementar nº 840, de 2011*)